
PISTAS PARA PENSAR QUE SUSTENTABILIDADE QUEREMOS

Catherine Prost

Profª Dra. ,POSGEO- Universidade Federal da Bahia (UFBA); cprost@ufba.br

RESUMO

Na era da globalização, a questão ecológica se torna pauta de política internacional em que pesem o aumento da frequência, da intensidade e da amplitude dos problemas ambientais. Mas a degradação ambiental deve ser analisada à luz das relações existentes com as atividades humanas, o que leituras acadêmicas críticas ao longo de anos permitiram. Para tal, a produção e a produção do espaço são essenciais para o entendimento da problemática. A relação entre sociedades e natureza se concretiza através da técnica, contudo esta é escolhida em razão de determinadas intencionalidades. Na época em que o desenvolvimentismo impera – ou de modo mais preciso, o capitalismo -, o sentido das ações permite entender que a lógica de acumulação e a ideologia do crescimento ilimitado não só promovem uma acumulação primitiva e ampliada, mas uma acumulação por espoliação, afetando as bases materiais da vida. Se o meio ambiente é tema de cúpulas internacionais em busca de soluções, é impreterível distinguir diversas correntes ambientalistas para revelar suas respectivas intencionalidades e as vias mais eficientes rumo a uma real sustentabilidade.

Palavras-chave: relações sociedade-natureza; sustentabilidade; intencionalidades; ambientalismos.

ABSTRACT

In the era of globalization, the ecological issue has become an international political agenda, despite the increased frequency, intensity, and scope of environmental problems. But environmental degradation must be analysed in the light of the existing relations with human activities, which critical academic readings over the years have allowed. To this end, the production and the production of space are essential to the understanding of the problem. The relationship between societies and nature is materialized through technique, however, this is chosen due to certain intentionalities. In the period in which developmentalism - or more precisely, capitalism - prevails, the sense of actions allows us to understand that the logic of accumulation and the ideology of unlimited growth not only promotes a primitive and expanded accumulation, but an accumulation by spoliation, affecting the material bases of life. If the environment is the subject of international summits in search of solutions, it is imperative to distinguish the various environmentalist currents in order to reveal their respective intentions and the most efficient ways towards real sustainability.

Key words: society-nature relations; sustainability; intentionalities; environmentalisms.

1. INTRODUÇÃO

A partir do último quarto do século XX, a questão ecológica se torna pauta de política internacional, como testemunha a Conferência de Estocolmo em 1972. Vários trabalhos científicos começavam a alertar sobre as consequências negativas do nosso modo societal, tal como o livro *Primavera silenciosa*, publicado em 1962 e de autoria da bióloga Rachel Carson, que denunciava o envenenamento causado pelo inseticida DDT, ou ainda *Os limites do crescimento*, conhecido como *Relatório Meadows*, publicado uma década mais tarde pelo Clube de Roma, concluindo que o planeta não poderia suportar o crescimento populacional em decorrência da pressão exercida sobre os recursos naturais e energéticos, assim como da poluição.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, outra cúpula foi realizada no Rio de Janeiro e, desde então, o ritmo dos encontros se intensifica com as COPs (Conferências das Partes), realizadas anualmente a partir de 1995.

Os efeitos ambientais são cada vez mais visíveis, frequentes e amplos, tais como o aumento do nível do mar e da temperatura média global, as mudanças nos ecossistemas terrestres e marinhos, o aumento de poluição, o desmatamento e a erosão, dentre outros (BARRIÈRE et al. 2018). Os biólogos levantam dados que mostram a sexta extinção em massa de animais, reduzindo consideravelmente a biodiversidade. A história da Terra é feita de mudanças sensíveis, mas o ritmo atual das mudanças está acelerado e coloca em risco as condições de vida de grande parte da humanidade.

De quem é a culpa? O Congresso internacional de geologia de 2016 instituiu uma nova era geológica, denominada de Antropoceno, frisando a capacidade da humanidade de ocupar e transformar de modo intensivo e rápido o meio, com consequências incertas. Vários indicadores são elaborados no intuito de medir e alertar a opinião pública e os Estados da urgente necessidade de repensar as relações entre sociedade e natureza, como a pegada ecológica e o dia de sobrecarga.

Mas embora esteja claro que as mudanças registradas no meio físico não são unicamente decorrentes de processos naturais, falar de responsabilidade da humanidade será o meio mais propício para refletir e agir de modo adequado?

O discurso neomalthusiano aponta a maior culpa sobre os países menos industrializados com taxas de natalidade mais altas. Proferido desde a década de 1950 no intuito de preservar as metas de crescimento econômico, este discurso é adotado a partir dos anos 1970 por ambientalistas, como pode-se observar no relatório do Clube de Roma. Assim sendo, o aumento exponencial da população durante o século XX é apresentado como um perigo para a pressão exacerbada sobre os recursos naturais.

Não dá para negar que avanços na condição socioeconômica da população mundial (apesar de todas as diferenças geográficas e sociais), na implementação de sistemas de saneamento e da medicina permitiram um fenômeno de aumento demográfico nunca antes visto na história da humanidade. Entre as duas grandes conferências anteriormente citadas, passou-se de 3,85 bilhões de habitantes (1972) a 5,5 bilhões em 1992, e em 2021 totaliza 7,87 bilhões.

Mas em primeiro lugar, tais considerações levaram a estimular políticas de controle de natalidade, especialmente na América latina, na Ásia, na África e no Caribe, ou seja, fora dos países mais ricos que já perfizeram sua transição demográfica. Em segundo lugar, as teses neomalthusianas omitem a distribuição extremamente heterogênea dos fatores causadores dos impactos ambientais. Entre os indicadores elaborados, a pegada ecológica mostra as discrepâncias entre países, mas pode revelar também as existentes entre classes sociais no interior de fronteiras nacionais.

A realidade é que a sociedade capitalista é fundada em bens oligárquicos (ALTVATER, 2017), ou seja, bens que trazem vantagens desde que seu consumo não seja massificado. Não se trata, portanto, de ameaça de pressão exacerbada sobre as riquezas naturais por crescimento populacional, mas sim da impossibilidade de generalizar o modo de vida capitalista, envolvendo um modo de produção que requer consumismo crescente. Como dizia Milton Santos (2000), a globalização vende uma fábula para sua legitimação, mas ela se revela uma perversidade, e isso tanto do ponto de vista social, como ambiental.

No início da pandemia de Covid-19, indicadores comprovaram que a principal causa reside no atual modo de produção: imagens circularam na mídia e nas redes sociais, mostrando como as condições naturais mudaram rapidamente (ex. em alguns dias, as águas poluídas de Veneza voltaram a ser transparentes e espécies da fauna que tinham sumido voltaram em cidades que decretaram confinamento). Em 2020, ano em que “a Terra parou”, como cantara Raul Seixas, o dia da sobrecarga que acontecia cada ano mais cedo chegou três semanas depois do dia de 2019¹. Como explicar isso senão pela redução sensível de processos como a geração de gases de efeito estufa, o consumo de produtos florestais e as atividades industriais? Essa constatação revela uma explicação bem mais complexa do que a contabilização simplória da população mundial tomada como se fosse homogênea.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo se inspira de uma palestra proferida para as Quartas ambientais do Programa de Pós-Graduação em Análise Ambiental e Gestão Sustentável do Território da UNEB-Serrinha. Abordando a questão ambiental a partir do método dialético, ele é fundamentado em leituras científicas realizadas pela pesquisadora ao longo de sua carreira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Dialética da relação natureza-sociedade

Uma abordagem crítica é crucial no intuito de aprofundar a análise dialética da relação entre natureza e sociedade, relação mediada pela produção. Frisa-se que esta produção é entendida como material, mas também produção de espaço, de natureza, de vida e de sentidos.

Em rompimento com o teocentrismo medieval, sociedade e natureza passaram a ser consideradas no Ocidente como excludentes a partir do Renascimento. O legado de

¹ 22.08.2020 contra 29.07.2019, 01.08.18, 03.08.2017.

cientistas como Bacon no século XVI e Descartes no século seguinte levou a dessacralizar a natureza, a julgá-la como objeto, como uma fonte ilimitada de recursos naturais a serviço da humanidade, do ser humano, o qual foi assinalado como “senhor da natureza”. A dominação era legitimada sem se pensar nos limites naturais (BERNARDES; FERREIRA, 2005).

Todavia, com a revolução industrial, os graus e os ritmos de exploração ambiental se ampliaram de tal modo que, no início da globalização, se amplia a tomada de consciência de que os recursos naturais se degradam e se esgotam. Como frisa Rodrigues (1998), até os recursos classificados como renováveis se tornam comprometidos, tal como o ar nas cidades chinesas por exemplo. O tempo, apresentado como aporte de solução, se revela na realidade como um acúmulo de problemas. À jusante da produção, é a questão dos resíduos variados, chamados de externalidades na contabilidade liberal, que adquire amplitude. Se torna imprescindível adotar novos valores, paradigmas e atitudes.

Mas para não cair nas recomendações simplórias do capitalismo (“Faça a sua parte”), que privatiza benefícios econômicos exorbitantes para poucos² e socializa os ônus e as responsabilidades sobre os cidadãos - ou sobre os consumidores como eles são chamados -, deve-se entender o processo de produção do espaço, concomitante ao processo de produção propriamente dito.

Como asseverava Marx, a mediação das relações entre sociedade e natureza se faz pela produção, entendida como o processo pelo qual se altera a forma da natureza, remetendo ao conceito de trabalho.

O filósofo supracitado é criticado com frequência por não ter antevisto os graves problemas ambientais que nos acometam. Mas é de notar que ele tratou a relação sociedade-natureza como um metabolismo, ou seja, não preconizava uma exploração ilimitada - apesar de ter vivido num contexto de intenso crescimento industrial -, mas

² Segundo um relatório da OXFAM, baseado em dados do banco Credit Suisse relativos a outubro de 2015, relata que a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn Em 2020, a ONG calculou que “Os 2.153 bilionários do mundo têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – ou cerca de 60% da população mundial.” <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>

considerava uma relação dialética em que o ser humano regula seu metabolismo com a natureza através de sua ação sobre a mesma. É útil lembrar que no Livro III d'O Capital, em base em estudos de química, ele ressaltou as necessidades de cuidado com a terra para compensar as causas do esgotamento dos solos. Ao apreender o trabalho como um processo social e não apenas individual, Marx tratou desse metabolismo em escala das sociedades, de sua organização para o acesso e o uso dos recursos.

A dialética da relação se revela na mudança nas formas da natureza, mas igualmente nos trabalhadores, uma vez que, ao transformar (humanizar) a natureza, transformam sua própria natureza e assim se naturalizam. Assim sendo, como frisam Bernardes e Ferreira (2005) e Neil Smith (1988), a sociedade passa a ser uma categoria natural e a natureza uma categoria social, que contém valores de uso para os humanos.

Em uma perspectiva capitalista, movida por uma lógica de acumulação, um excedente de produção é essencial para permitir a troca regular de valores de uso; o valor de troca ganha importância crescente uma vez que as coisas se tornam valores unicamente na relação social. Com a expansão de uma economia de troca e a complexificação da sociedade, a apropriação da natureza passa a ser cada vez mais controlada por firmas e instituições de modo a regular a divisão do trabalho, primeiro no seio dos países, posteriormente até a escala global. Com isso, as cidades se multiplicam e amplificam e várias instituições são criadas. Uma nova relação com a natureza se define. Muda a forma como o território é usado. Este está envolvido nos processos de produção e passa a adquirir valor, definido pela existência de recursos naturais, sua quantidade, qualidade, acessibilidade, bem como pela existência de recursos constituídos pelo trabalho, por meio da técnica. O próprio espaço se torna claramente meio de produção e quando a pressão nele se eleva, a tendência se orienta para sua privatização direta ou de seus recursos. A transformação do espaço e de sua apropriação está correlacionada, portanto, com o tipo de transformação que se faz da natureza.

3.2. O papel da técnica na produção do espaço

Milton Santos (1997; 2006) dissertou muito sobre o papel da técnica na organização espacial. Presente na mediação entre sociedade e natureza, a técnica também atua na administração da mão de obra, na direção dos fluxos, dificultando em consequência a criação livre dos sujeitos em prol de uma padronização dos comportamentos. Desde os primórdios do capitalismo, no Renascimento, a técnica se apresenta no Ocidente moderno-colonial como um tabu inquestionável do dito progresso.

Contudo a tendência que vigorou até o fim do século XIX deixa lugar no século seguinte a uma maior diferenciação na economia e na produção do espaço. A era do taylorismo e do fordismo padroniza as tarefas dos operários, mas imprime um modelo de produção que incentiva um consumo crescente. Com a produção em massa, novos problemas surgem uma vez que os locais de produção e de destino das mercadorias se diferenciam e se distanciam cada vez mais na medida que o mercado se expande. A solução reside então mais na ampliação da esfera da circulação do que à da própria produção. Como salienta Moreira (1999 apud BERNARDES; FERREIRA, 2005, p. 24), o espaço é arranjado de modo a organizar a velocidade do tempo, exigindo constantes inovações.

A diferenciação espacial precede e predetermina a diferenciação ecológica. Portanto as condições materiais de existência se vinculam mais às mudanças na estrutura das sociedades do que às técnicas em si. Com a evolução das técnicas, se produz mais em menos tempo e menos espaço, mas nunca prescindindo da natureza. Ora esta não obedece aos ritmos crescentemente acelerados dos avanços em produtividade, o que produz contradições nesse movimento ampliado de produção e acumulação.

Mas ao passo que o capitalismo produz diferenciação no espaço, ele também tende à unicidade do mesmo no seu movimento de expansão sob a égide de atores globais (instituições, empresas, bancos etc.), reforçando a exclusão de grande parte da humanidade e promovendo o que pretende combater, a saber o subdesenvolvimento.

Este processo se aguça no atual período marcado pelo chamado desenvolvimento sustentável, termo atualizado hoje como economia verde. Camila

Moreno (2016) evidencia a imperiosa necessidade de normatividade em escala global para viabilizar a expansão desenvolvimentista no período atual, garantindo uma “segurança jurídica” aos elementos naturais denominados de capital natural – ou ativos ambientais -, o qual desempenha “serviços” ambientais. Por trás desse discurso renovado da economia verde, que enfatiza um caráter “positivo” de propostas de soluções ao contrário das reduções preconizadas pelo discurso do desenvolvimento sustentável (ex. reduzir dejetos e consumo de energia, descarbonizar), se agravam os impactos ambientais e sociais negativos do capitalismo sobre classes sociais baixas e de grupos étnicos e culturais minoritários, ao estimular novos cercamentos dos territórios e apropriação de comuns.

3.3. Técnica e intencionalidade

Se toda sociedade humana utilizou técnicas, observa-se que, no capitalismo, elas se tornam central, não só nos fazeres, mas também nas representações de civilização. No intuito de legitimar este modo de produção, uma visão cartesiana, pretensamente neutra por ser fundada em técnicas – incluindo ciências a partir do século XIX –, prega a objetividade e a lógica de acumulação para aumentar a riqueza e aliviar o labor humano do trabalho. O desenvolvimento, termo surgido há cerca de dois séculos, adquiriu uma versão mais contemporânea depois da segunda guerra mundial e se tornou um leitmotiv de todo governo atual. Em paralelo, é criado o subdesenvolvimento, no intuito de modernizar os pobres e criar novos mecanismos de controle sobre os mesmos (BANERJEE, 2003). É interessante lembrar que, em uma perspectiva histórica, nunca antes tinha existido uma busca incessante por crescimento econômico, como ressalta Harari³ (2015). É justamente entre as sociedades modernas que a sustentabilidade ambiental de longo prazo inexistente. A especialização da técnica, movida pela lógica de acumulação, concorre à acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), ou seja, pela sobre-exploração e a degradação ambiental.

³ O historiador lembra que a civilização tem 5.000 anos, mas que o crescimento só começou a acontecer nos últimos 250 anos. Ele traz outros exemplos de civilizações longevas como a civilização maia que durou 2.900 anos e a dos aborígenes australianos, existente há 60 mil anos.). Mas não existe nenhum exemplo de sociedade desenvolvida que seja ecologicamente sustentável.

É valoroso salientar que, através do uso da técnica, se objetiva o maior controle possível, no espaço e no tempo, de seus efeitos através de objetos per-feitos (SANTOS, 2006), ou seja, objetos técnicos planejados para servir uma determinada intencionalidade. Mas as técnicas, por se expressarem através de máquinas, tendem a dissimular as relações sociais de produção e de poder, as quais aparecem como impessoais (PORTO-GONÇALVES, 2006). Portanto, a análise não deve se limitar à da relação entre sociedade e natureza, mas sim abordar a geografia do poder. Como salienta com ênfase o autor supracitado, as revoluções da técnica dissimulam revoluções nas relações de poder por meio dela. Elas configuram o elo entre os dois tipos de sistemas que compõem o espaço geográfico, a saber, os sistemas de objetos (dentro dele, a natureza) e os sistemas de ações (SANTOS, 1997). Em outras palavras, a técnica se insere em um sistema organizado que visa o maior controle sobre a natureza. Mas para tal, se intensifica também o poder sobre a sociedade.

É desde o advento do capitalismo mercantil, que Porto-Gonçalves (2006) chama de tempo moderno-colonial, que as relações com a natureza e entre os povos toma um rumo drástico. O autor aprofunda esta questão ao realçar o fato que, para dominar a natureza, deve-se dominar o ser humano. Ao mediar esse controle dos humanos pela técnica, o processo aparece naturalizado, embora as instituições cresçam e definam mais normas políticas e jurídicas. Ao grafar a palavra de modo diferente, desenvolvimento, Porto-Gonçalves indica a perda de autonomia popular que o sistema capitalista exige para sua evolução.

O movimento que se iniciou na origem do processo moderno-colonial carrega até os dias atuais marcas dessa época: a predominância do homem branco, do Norte global, monoteísta (cristão) e heterossexual continua forte em várias escalas em detrimento de povos não-brancos, mulheres⁴ e indivíduos que não seguem a binária-generificação. A Modernidade criou novas identidades – europeu, negro, índio – com objetivo de classificar os povos em grandes grupos que eclipsam sua ampla diversidade étnica, cultural e política, mas acima de tudo, de hierarquizá-los segundo um critério

⁴ Sobre o processo de desvalorização da mulher dentro da classe trabalhadora, no intuito de dividi-la, recomenda-se a leitura do livro de Silvia Federeci: *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

que não segue mais o critério de quem venceu uma guerra, mas sim um critério biológico, ou seja naturalizado, o que se revela muito perverso nas representações coletivas (QUIJANO, 2005)

Assim sendo, são inferiorizados povos tradicionais e essa representação subsiste até hoje em um fenômeno conhecido como colonialidade. Os autores decoloniais frisam que a colonialidade do poder está intimamente associada à colonialidade do saber, do ser e da natureza (vista como recursos naturais a serviço dos humanos). Com efeito, o desenvolvimento é legitimado a partir de determinados saberes, as ciências e tecnologias modernas, cartesianas, matemáticas, expostas como “neutras”, provocando uma cegueira social sobre as consequências nefastas do atual modo de produção, como alerta Smith (1988). A ideologia propagada pelo mercado reforça a validação de determinados conhecimentos, ocultando e negando outros saberes provenientes de populações tradicionais que vivem de modo muito mais harmônico com a natureza. Em consonância com os termos de Boaventura Souza (2010), o que existe é um pensamento abissal para com o Outro, qualificado de “atrasado”, “obsoleto”, “contrário ao desenvolvimento”, no âmbito de um meta-relato universal e único para o qual o tempo é linear e sempre na mesma direção (do crescimento). Contudo, esses saberes ambientais tradicionais são preciosos para a indústria de biotecnologia, graças à economia de tempo e custo de pesquisas de ponta.

Mas ao serem processados pela indústria, os recursos naturais usados por populações tradicionais se tornam mercadorias protegidas por patentes, em um movimento de transferência de controle sobre os elementos da natureza.

3.4. Os desastres e a tomada de consciência

Com o desenvolvimento das técnicas e ciências, a produção histórica ganha peso e tende a negar a natureza natural. Mas, mais a técnica adquire poder de transformação, mais ela incorre em riscos, de forma que a análise dos riscos se torna uma ciência em si e sua gestão visa a diminuir ao máximo essa perspectiva. Com o advento do tempo moderno-colonial, os riscos são preponderantemente ligados a

fatores ambientais (decorrentes da interação da sociedade com a natureza) e não mais meramente naturais.

No século XX, grandes catástrofes suscitam uma tomada de consciência sobre a necessidade de repensar a ação humana: contaminação massiva pelo inseticida DDT denunciada por Rachel Carson em 1962 no livro *Silent spring*, contaminação por mercúrio na Baía de Minamata no Japão nos anos 1950, extensos derramamento de óleo, tal como o provocado pelo navio Exxon Valdez na Alasca em 1989, contaminação por gás tóxico de pesticida em Bhopal, na Índia em 1984, fenômeno de chuvas ácidas na Escandinávia nas décadas de 1970 e 1980, explosão da usina nuclear de Chernobyl em 1986, dentre outras. Esses casos despertaram a atenção internacional para fenômenos que mataram e tornaram doentes flora, fauna e humanos.

As catástrofes elencadas, dentro outros fatores mais difusos no tempo e no espaço, suscitaram a realização de cúpulas internacionais para tratar das questões ambientais. A do Rio de Janeiro marca uma intensificação do tema do meio ambiente na agenda política internacional, assim como na grande mídia. A expressão desenvolvimento sustentável adquiriu um aparente consenso, do Banco mundial até movimentos sociais de base. Contudo, é crucial lembrar a existência de várias correntes ambientalistas, cujos objetivos nem sempre são congruentes entre si.

3.5. Correntes ambientalistas

Preservacionismo

Tal como Diegues (2004) intitula um famoso livro dele, “o mito da natureza intocada” reproduz uma representação da natureza como externa ao ser humano, dominante no Ocidente desde o início do tempo moderno-colonial. O preservacionismo intenciona proteger o que resta de espaços da natureza original. Alguns defensores da corrente defendem a sacralidade da natureza, o que apela para a questão da incomensurabilidade dos valores e incentivou o movimento da ecologia profunda, biocêntrico, defendido por algumas ONGs globais.

O modelo por excelência é o de parque natural, sendo o de Yellowstone o primeiro criado, em 1872 nos Estados-Unidos. (DIEGUES, 2004; VALLEJO, 2009) O

objetivo dos parques é de proporcionar locais de lazer de populações citadinas que desejam desfrutar da natureza enquanto paisagem, beleza cênica, sem permitir o uso social dos recursos naturais pelo pressuposto de que a sociedade seria um todo uniforme e predador. Esta visão omite as diferenciações sociais e culturais no seio das sociedades, notadamente a existência de populações tradicionais que costumam viver, não só na natureza, mas também dela, e que, por esta razão, tendem a adotar usos sociais mais sustentáveis do que os praticados pela sociedade capitalista (ou, de modo mais geral, desenvolvimentista). Para explicar em parte esta representação, é fundamental lembrar que a história dos Estados-Unidos é marcada pela dizimação de quase todos seus povos indígenas, os quais foram vencidos pela violência dos brancos e seus territórios restritos a minúsculas reservas territoriais, nas quais não puderam manter seus modos de vida. A diversidade cultural foi negada neste país, mas o modelo de parque foi exportado para muitos outros que ainda abrigam populações tradicionais, com consequências nefastas, tanto no equilíbrio até então existente entre humanos e meios, como nas condições sociais de vida.

Além do mais, esse culto da vida silvestre (ALIER, 2007) só se refere a áreas pontuais e não questiona as raízes das causas dos problemas ambientais. Ele, portanto, consolida a visão dicotômica entre natureza e sociedade.

Em contraste com essa visão preservacionista, existe uma defesa de conservação da natureza, ou seja, de pensar uma proteção ambiental que não se traduz na ausência de uso social. Contudo, aqui duas correntes se distinguem nitidamente, como veremos a seguir.

Desenvolvimento sustentável e economia verde Evangelho da ecoeficiência

A mais famosa é a do desenvolvimento sustentável, elaborada no relatório Bruntland e adotada na Eco-92. Ao destacar a variável tempo, com uma perspectiva geracional, para a solução dos problemas, se apaga a variável espaço, onde existem profundas desigualdades no presente.

Nesta visão, a natureza se caracteriza por um acúmulo de recursos naturais; em outros termos, ela é um capital que proporciona “serviços” ambientais ou

ecossistêmicos, expressando, portanto, uma visão utilitarista do meio físico. Aqui, o sagrado é evacuado em nome do desenvolvimento.

Se mantém inalterada a dicotomia entre natureza e sociedade; sendo “externa” ao ser humano, a natureza pode em consequência continuar sendo mercadorizada na esteira de um discurso capitalista que se renova ao integrar o “verde”.

Slogans como os “3 R” (reutilizar, reciclar, reduzir) permitem a racionalização de custos de produção e conduzem à ampliação de setores econômicos (reciclagem do lixo) ou novos mercados (água, carbono, tecnologias mais econômicas em energia, etc.). As tecnologias propostas requerem altos investimentos em capital, sendo portanto controladas por Estados e atores econômicos de peso em detrimento de tecnologias menos intensivas em capital e mais acessíveis aos mais pobres.

É oportuno insistir que as ciências e tecnologias de ponta, por mais sofisticadas que sejam, não prescindem de recursos naturais. Destarte, o processo de espoliação é constante para sustentar processos produtivos de alto valor agregado do Norte global e a transferência do controle dos direitos e dos elementos da natureza a instituições internacionais. As relações globais impostas pelos países mais ricos perpetuam as relações de dependência dos demais países. Ao não focar as causas dos problemas na produção, visa-se a socialização dos custos de modo indiscriminado, culpando, portanto, de modo privilegiado os consumidores. Como observou Milton Santos (2007), o cidadão imperfeito deixa lugar ao consumidor mais que perfeito. Nesta senda, o desenvolvimento sustentável oferece novas oportunidades ao mercado, sem questionamentos éticos sobre o modo de produção, em vez de denunciar por exemplo a diminuição do acesso aos recursos naturais pelas populações rurais pobres (BANERJEE, 2003) em prol do agronegócio e do neoextrativismo. Um exemplo chocante disso é a declaração de Lawrence Summers em 1991, então diretor econômico do Banco Mundial, de que a África estava “sub-poluída”⁵. O discurso é apenas revelador de um contexto capitalista (ou, de modo mais amplo, desenvolvimentista), quer seja “verde” ou não, no qual o desenvolvimento exige um crescimento infinito, tendo como principal indicador os PIBs dos países.

⁵ Ver: <https://jornalggn.com.br/editoria/economia/sobre-lawrence-summer/>, <http://www.whirledbank.org/ourwords/summers.html>

Após a crise de 2008, o termo economia verde ressignifica o discurso hegemônico com uma tônica positiva⁶, mas tendo como fim a operacionalização do desenvolvimento sustentável partindo da premissa de que os fracassos em alcançar a sustentabilidade seria por falha do mercado. Camila Moreno (2016) esclarece bem a nova narrativa que despolitiza totalmente a problemática, reduzida a questões científico-técnicas e de mercado, mas que torna central um regime jurídico que assegure a adoção e concretização das medidas previstas. A autora enfatiza como consequência novas oportunidades econômicas, mas sem mudar sensivelmente o atual modo de produzir, uma vez que essa economia verde poder arrecadar 1,3 trilhão por ano de investimentos, equivalente a apenas 2% do PIB mundial (mantendo 98% na economia marrom fossilista). Em compensação, a corrida para os recursos naturais acarreta uma nova onda de acumulação primitiva em detrimento de países e grupos sociais mais pobres. O cercamento dos territórios, longe de ter terminado, se intensifica com enormes apropriações de terras por grandes corporações ou estados e reduz os comuns utilizados e manejados por grupos locais (BELLUCI, 2012; MONGIN et al, 2016). O chamado subdesenvolvimento ainda tem longos dias pela frente com esse tipo de ação global...

O aparente consenso sobre a proteção ambiental camufla, portanto, interesses econômicos excepcionais, reduz o debate social e propõe soluções de mercado fundamentadas no tecnocentrismo, uma vez que o que é almejado por ser sustentável é o desenvolvimento e não a sociedade. Com isso, as desigualdades sociais e entre países continua se aprofundando. O que Martínez Alier chama de evangelho da ecoeficiência (2007) e a corrente preservacionista se adequam perfeitamente ao contexto desenvolvimentista.

É, portanto, uma terceira corrente ambientalista que adoto como perspectiva de real sustentabilidade, por aliar duas dimensões intrinsecamente ligadas: a ecológica e a social.

Justiça ambiental ou ecologismo dos pobres

⁶ Em vez do discurso anterior sobre a diminuição do consumo de carbono, a economia verde aparece como propositiva, sem todavia alterar a opção pelo mercado.

Quando a ecologia é pensada na sua relação com as problemáticas sociais, as questões e questionamentos se tornam mais complexos, politizados e radicais, no sentido de ir até a raiz dos processos.

O movimento por justiça ambiental nasce quando a sociedade civil estadunidense se organiza na década de 1980 ao perceber que consequências ambientais negativas de atividades econômicas e de programas governamentais afetam desproporcionalmente determinados grupos sociais e étnicos (HERCULANO, 2002; 2006; PACHECO, 2016). Esse movimento ganha extensão em outros países em que conflitos ambientais opõem empresas e poder público a segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

Mais além, tanto nos Estados-Unidos como em outros contextos, quando os impactos negativos atingem mais especificamente grupos étnicos não ou pouco representados nas instituições políticas e econômicas hegemônicas, as situações de injustiça ambiental são qualificadas de racismo ambiental (HERCULANO, 2002; 2006; PACHECO, 2016). Se alguns criticam esse termo pelo risco de desconsiderar o caráter classista, característico da exploração capitalista, o olhar decolonial, que salienta que este modo de produção foi forjado em bases escravagistas, com a invenção de novas identidades (europeia, negra, indígena) em vista à hierarquização entre elas, permite explicar os atuais fenômenos de racismo e de desigualdades socioeconômicas pautadas em critérios raciais e étnicos.

No tocante às populações tradicionais, os impactos ambientais negativos que elas sofrem adquirem, além de questões de saúde pública e de qualidade de vida vivenciados também pelas populações urbanas de áreas periféricas, outras dimensões devem ser levadas em conta. De fato, seus lugares e territórios representam a materialidade da reprodução da vida, de sua permanência enquanto grupos sociais e culturais. As relações que estas populações alimentam com a natureza se baseiam, dentre outros, em saberes ambientais que orientam técnicas de manejo, as quais obedecem a outras matrizes de racionalidade do que os saberes ocidentais, cartesianos, construídos no bojo de um sistema de produção desenvolvimentista. Com alta frequência, esses saberes fazem parte de um todo que inclui dimensões culturais e

espirituais. Outros sentidos e cosmovisões explicam também as relações de respeito e cuidado para com a natureza. É por exemplo em base nesses saberes que, no Brasil, a criação de reserva extrativista foi justificada, reconhecendo as populações como guardiãs da natureza. Para todos povos e comunidades tradicionais, a conservação da natureza não tem por objetivo apenas as gerações futuras (citadas no relatório Bruntland) mas suas atuais condições de vida. Defender a biodiversidade passa, portanto, pela defesa da sociodiversidade e seus preciosos saberes e cosmovisões.

Como afirma Leff (2006), o saber ambiental necessita envolver todos os segmentos da sociedade e não apenas científicos e técnicos, os “peritos” reconhecidos pela racionalidade moderna, pois, além de envolver outras formas de saberes, trata-se de discutir o modelo de sociedade, ou seja, trata-se de discutir quais valores civilizacionais queremos. Da mesma forma que todos os cidadãos são considerados aptos a escolherem seus dirigentes, todos eles devem participar desse debate, tão premente nos dias de hoje.

E é exatamente o que os movimentos sociais do campo e da cidade fazem quanto, ao não separar a questão ambiental da questão social, eles apontam para outras perspectivas que a sociedade deveria debater e se inspirar nelas. A opção pela agroecologia, por exemplo, por parte de camponeses⁷ de muitos países instiga e enriquece o debate sobre o tipo de sociedade e de sustentabilidade que queremos. No Brasil, o movimento indígena declara sua importância e a necessidade de preservar seus territórios, não só pelos seus direitos imemoriais – que a tese do marco temporal quer questionar⁸ -, mas também pelo fato de que eles contribuem à proteção ambiental.

Por isso, Martínez Alier (2007) chama de ecologismo dos pobres essa terceira corrente ambientalista. Corroborando o que vários estudiosos da questão ambiental afirmam; trata-se de várias crises: ambiental, econômica, social, cultural, em síntese uma crise civilizatória, de valores.

⁷ Vale lembrar que as estatísticas da FAO estimam que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos no mundo (FAO, 2018). Nela, são incluídos mais de 90% dos imóveis rurais.

⁸ O marco temporal visa a limitar o reconhecimento de terras indígenas às populações que ocupavam suas terras em 1988, quando a atual Constituição brasileira foi adotada, escamoteando os inúmeros conflitos fundiários provocados pelo avanço do agronegócio, incluindo o maciço fenômeno de grilagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual modo de produção alveja um crescimento econômico contínuo. Apesar da acumulação por espoliação forçar limites ecológicos, o capitalismo ainda almeja enormes lucros uma vez que o escasseamento de recursos naturais leva ao aumento dos preços. O discurso renovado em prol de uma “economia verde”, que permite prolongar o processo de acumulação capitalista, promove uma nova onda de acumulação primitiva ao perpetuar o cercamento dos territórios e expulsar populações rurais de seus territórios, despolitiza o debate com o lema ocidental de progresso e modernidade, produzindo exclusão crescente, desvalorizando povos, saberes e cosmovisões não hegemônicas.

Se o conceito de Antropoceno evidencia em que medida a humanidade como um todo afeta as bases materiais da vida, ele vela as contradições presentes por trás da técnica e da produção do espaço e da natureza. Estimo mais expressivo e útil ao debate falar de Capitaloceno, como proposto por Moore (WEDEKIND, MILANEZ, 2017), para enfatizar a responsabilidade do capital e a insustentabilidade deste modo de produção.

Frente a isso, movimentos sociais do campo resistem para manter seus territórios e modos de vida diferenciados. Movimentos sociais urbanos também se levantam para denunciar casos de injustiça ambiental ou de racismo ambiental (HERCULANO, 2006). É necessário repensar as noções de progresso e desenvolvimento pois o discurso desenvolvimentista requer a morte da natureza, em vez do cuidado com ela, em uma relação de preocupação e envolvimento afetivo, como tanto defende Leonardo Boff (1999). Para tal, as populações tradicionais, em sua impressionante diversidade, contribuem ao debate. Na América latina por exemplo lutam para a defesa dos direitos da Pacha Mama (Mãe Terra) e o bem viver (SOLÒN, 2019). Mostra como, no debate sobre valores, é imprescindível a participação de grupos diversos, grupos que defendem não a lógica do lucro e da competição, mas a geografia das existências (SILVA, 2014), a saber a produção do cotidiano e do lugar em suas múltiplas dimensões, incluindo trabalho, relações sociais, sociabilidades e

heranças culturais. Se a biodiversidade aparece na pauta ecológica global como algo precioso a ser protegido, como não pensar na sociodiversidade da mesma forma? Por isso, concordo com Ailton Krenak (2019) quando defende que, para adiar o fim do mundo, é necessário preservar os sonhos e as múltiplas narrativas, enriquecendo as nossas subjetividades e mantendo viva as utopias de um mundo melhor. Com estas palavras, finalizo aqui prestando homenagem aos movimentos sociais do campo e da cidade que lutam para um mundo realmente mais sustentável social e ambientalmente.

5. REFERÊNCIAS

- ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALTVATER, Elmar. O capitalismo fóssil e seu ambiente social e natural. **Baru**, Goiânia, v.3, n.1, jan./jul, 2017, p.143-164.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. *In*: FERNANDES, Marcionília; GUERRA, Lemuel. **O contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 75-130.
- BARRIERE, O.; BEHNASSI, M.; DAVID, G.; DOUZAL, V.; FARGETTE, M.; LIBOUREL, T.; LOIREAU, M.; PASCAL, L.; PROST, C.; RAVENA CAÑETE, V.; SEYLER, F.; MORAND, S. (Orgs.). **Coviability of Social and Ecological Systems: Reconnecting Mankind to the Biosphere in an Era of Global Change**. v.1: The Foundations of a New Paradigm. Berlim: Springer International Publishing, 2018.
- BELLUCI, Beluce. Fome de África: terra e investimento agrícola no continente africano. **Rev. Tempo do Mundo**, v. 4, n. 1, 2012, p. 79-119.
- BERNARDES, Júlia A.; FERREIRA, Francisco P. de M. Sociedade e natureza, *In*. CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira. (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.
- HARARI, Yuval. **Sapiens: une brève histoire de l'humanité**. Paris : Albin Michel, 2015.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo : Loyola, 2005.
- HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. *In*. SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, 1, 2006, (s.l.) **Anais [...]** (s.l), p. 1-15. Acesso em set. 2020. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/523735192/Artigo-Herculano-Injustiya-e-Racismo-Ambiental-PDF>:

- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS**, 2002, p. 1-20. Acesso em set. 2020. Disponível em http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Acesso em jun. 2020. Disponível em <https://miolodolivro.com.br/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-pdf-por-ailton-krenak/>
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MONGIN, Olivier; RENARD, Vincent; COMBY, Joseph; MERLET, Michel. Un risque majeur: l'accapement des terres à l'échelle planétaire. Entretien avec Joseph Comby et Michel Merlet. **Revue Tous urbains**, n. 14. Dossier Urbain / rural: un débat, PUF. Jun 2016.
- MORENO, Camila. As roupas verdes do rei. *In*. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Trad. Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 256-293.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO) **El trabajo de la FAO em la agricultura familiar**. Preparase para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS. 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/>. Acesso em set. 2020.
- PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. 2016, p. 1-10. Acesso em set. 2020. Disponível em <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza, a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*. CLACSO. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Acesso em maio. 2019. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIjano.pdf
- RODRIGUES, Arlete. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. Acessado em jun. 2014. Disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>. Também publicado em Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 31-83.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA, Catia Antonia. Um desafio epistemológico e metodológico por uma geografia das existências. *In.* SILVA, C. A. (Org.). **Pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro**, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p.13-26.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOLÓN, Pablo. Bem viver. *In.* SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019, p. 19-63.

VALLEJO, Luiz R. Unidade de conservação: uma discussão teórica á luz dos conceitos de território e políticas públicas. **GEoграфия**, v. 4, n. 8, 2009, p. 57-78.

WEDEKIND, Jonah; MILANEZ, Felipe. Entrevista a Jason Moore: Del capitaloceno a uma nueva política ontológica. **Ecologia política**, 2017. Disponível em <https://www.ecologiapolitica.info/?p=9795> Acesso em: set. 2020.